

Povo sem esperanças é um rio seco

Gaudêncio Torquato (*)

Um povo descrente é como um rio seco. Um povo sem esperança é como uma árvore desfolhada, sem viço e com a cor das coisas mortas

O povo brasileiro pena suas amarguras no deserto frio das desesperanças. Pesquisas recentes mostram um retrato de apatia geral. As eleições ocorrerão dia 7 de outubro. E pelo que se vê, o povo não está se tocando para o maior evento cívico do ano. Vive avançado grau de desânimo e parece definir um pouco todos os dias ao sabor da febre de sonhos desfeitos.

Um povo sem sonhos é uma entidade sem espírito e sem direção.

Cassam sua vontade, a admiração que tem pelos ritos da Pátria e o respeito às instituições. O clima de terra devastada em que se transformou o País, as acusações que pululam de todos os cantos, os interesses em choque e as disputas entre grupos políticos afastam a população do sistema político, abrindo imensos vazios entre os poderes decisórios e a sociedade.

Naverdade, vivemos em dois Brasis. No primeiro, gigantesco e periférico, habitam estômagos famintos e bocas sedentas; no segundo, pequeno e central, uma disputa ocorre entre bolsos gananciosos e mentes matreiras. O primeiro é o mundo dos desvalidos, das massas amorfas, do povo que prova o gosto do suor e amarga o cansaço das filas.

O segundo gira em torno de núcleos nas médias e grandes cidades. Nele, gravitam contingentes de profissionais liberais – esses, sim, trabalhadores de garra –, mas também donos de capitãlias hereditárias, comerciantes de favores, sultões e mandarins de mil e

uma noites. E, há, ainda, um grupo que se encastela na Ilha da Fantasia, mais conhecida por Brasília.

O Brasil do centro conta com instrumentos poderosos. Seu pensamento penetra em vasos capilares e corre até o último dos habitantes das margens. Sua voz é forte. Por isso, é de se esperar que suas vozes ecoem longe. Já o Brasil distante fala por meio de onomatopéias. As massas mais ouvem que dizem. Até chegarem a um limite de saturação. (Será que não já se chegou a esse estágio?)

Na Ilha da Fantasia, desfiles de siglas e representantes do povo se sucedem, juntando gladiadores, filhotes de Maquiavel, crenças de prontidão, dispostos a jogar a alma ao serviço da Pátria e comerciantes de plantão fazendo trocas de ocasião. Ali estão os esgrimistas da política.

A festa da política, em ano eleitoral, apenas está se iniciando, e, desta feita, não gera entusiasmo ou engajamento. Está cedo, dizem. Mas em final de maio, o Brasil do centro já deveria estar se aproximando do Brasil das margens. Que há algo estranho no ar, sem dúvida.

O Brasil real, das pontas, está distante do Brasil artificial, dos discursos e das promessas. A crise que correu as populações pobres parece não acabar. Mas nunca se ouvirá tanto a palavra POVO como nos próximos tempos. Claro, o povo é sempre lembrado quando querem tirar algo dele. Vão tentar se aproximar, afagar, prometer mil coisas.

Porém, urge atentar para um detalhe: pelo que se vê, se ouve e se sente, o povo não vai deixar que arrebentem sua cabeça ou seu coração para roubarem dele a única arma que dispõe para garantir o futuro: o voto. Essa arma, o povo saberá usar com maestria. É o que a Pátria espera.

(*) - Jornalista, é professor titular da USP, consultor político e de comunicação Twitter@gaudtorquato.

Projeto incentiva a contratação de maiores de 55 anos

Orlando Kissner/ANP



Os trabalhadores na faixa etária acima de 55 anos têm dificuldade de conseguir emprego.

A Comissão de Direitos Humanos do Senado vota a reunir amanhã (30), quando analisará uma pauta de 16 itens. Entre eles o projeto do senador licenciado Cidinho Santos (PR-MT), que estabelece cotas e políticas de incentivo às empresas para a contratação de trabalhadores com 55 anos de idade ou mais. De acordo com o texto, que tem o parecer pela aprovação feito pelo senador Paulo Rocha (PT-PA), empresas com número de funcionários entre 26 e 50 deverão ter ao menos um com 55 anos de idade ou mais.

Esta cota sobe para 5 nas empresas que tenham entre 51 e 100 empregados. E nas companhias que possuem mais de 100 funcionários, a cota será de 5% das vagas. O projeto veda o uso desses funcionários em atividades insalubres de grau máximo. Eles também não poderão ter seus contratos rescindidos sem justa causa caso falem 6 meses ou menos para obtenção da

aposentadoria.

A proposta prevê a adoção de duas políticas de incentivo. A primeira reduz em 50% o encargo com o vale-transporte. A segunda reduz em 50% a contribuição devida pela empresa sobre a folha salarial desses empregados. A contribuição reduzida, no entanto, só terá validade quando o crescimento do PIB anual for inferior a 2%. No relatório, Paulo Rocha aponta a grande dificuldade de conseguir emprego que têm os trabalhadores na faixa etária acima de 55 anos.

“A renúncia fiscal neste caso é defensável, pois mantém o trabalhador na condição de empregado, ainda que com contribuição menor da empresa, em vez de admitir passivamente que passe à condição de desempregado beneficiário. No que se refere às contas públicas, é melhor receber um pouco menos do que gastar muito mais”, aponta (Ag.Senado).

“Superamos a negociação”, diz Padilha sobre acordo com caminhoneiros

O processo de negociação com os caminhoneiros foi encerrado, e o governo espera agora a retomada do abastecimento do país, disse ontem (28) o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha

“Superamos o processo de negociação”, afirmou o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, em coletiva no Palácio do Planalto. “Começa a haver retomada, mas ainda não é o que gostaríamos que acontecesse. Ainda [está] lento”, ressaltou.

Segundo o ministro, dos 1,2 mil bloqueios, 728 foram desfeitos, o correspondente a 56%. Ainda restavam, até as 10h de ontem, 557 pontos de mobilização. “Temos que fazer com que nossos motoristas fiquem conscientes do quanto são importantes e o quanto necessitam que voltem à normalidade as nossas estradas”, destacou. O ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República, Carlos Marun, reforçou: “A greve está resolvida. Precisamos agora que os caminhoneiros voltem a trabalhar e até alguns possam voltar a trabalhar porque temos notícias de constrangimento em alguns pontos”.

Venda de bebidas alcoólicas com aditivos

A Comissão de Seguridade Social da Câmara rejeitou o projeto do deputado Mário Heringer (PDT-MG), que proíbe a importação e a comercialização no País de bebidas alcoólicas que contenham aditivos como corantes, aromatizantes e flavorizantes. Também rejeitada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, a proposta deverá ser arquivada, a menos que haja recurso contrário ao arquivamento.

Para o autor, a medida ajudaria a evitar a dependência de jovens pelo álcool. Porém, o parecer do relator, deputado Mandetta (DEM-MS), foi contrário à matéria. Segundo ele, normas da Anvisa e do Ministério da Agricultura, já fixam critérios para a classificação e registro de bebidas alcoólicas, parâmetros de qualidade a serem atendidos, além de regras para a rotulagem dos produtos.

A deputada Flávia Moraes (PDT-GO) apresentou voto em separado, favorável ao projeto. Ela cita pesquisa realizada em 2012 pelo IBGE com alunos do 9º ano do ensino fundamental, a qual mostrou que 50,3% deles já haviam ingerido ao menos uma dose de bebida alcoólica. “Urge a tomada de medidas direcionadas à proteção dos jovens brasileiros”, defendeu (Ag.Câmara).



Ministros da Secretaria de Governo, Carlos Marun, e da Casa Civil, Eliseu Padilha, falam sobre o movimento dos caminhoneiros.

Segundo o ministro, em alguns trechos, há infiltrados no movimento com interesses políticos. Marun afirmou que as lideranças estão cumprindo o acordado, transmitindo mensagens com “as conquistas históricas” obtidas pelos caminhoneiros. “A sociedade

não pode ser sacrificada pelo abastecimento”, completou. O governo informou ainda que o reabastecimento dos estoques não virá imediatamente, mas paulatinamente.

Os ministros ressaltaram que as entidades firmaram acordo e que agora estão informando

os caminhoneiros. A Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam), uma das entidades que não haviam aceitado a proposta inicial, confirmou a assinatura do novo acordo para pôr fim à paralisação dos caminhoneiros autônomos. O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, anunciou que, para cumprir o acordo, a carga tributária será redistribuída.

O custo da redução do preço do diesel em R\$ 0,46 por litro deve ficar em R\$ 9,5 bilhões este ano. O ministro afirmou ainda que não há “disponibilidade fiscal” por parte do governo para fixar mais reduções de preços de combustíveis. Atendendo aos caminhoneiros, Temer informou, entre outras medidas, que o preço do óleo diesel será reduzido em R\$ 0,46 por litro nas bombas por 60 dias. Outra medida é isenção da cobrança de pedágio para os caminhões que circularem com eixo suspenso em todo o país (ABR)

Conservador e ex-guerrilheiro disputam 2º turno na Colômbia

Os 36 milhões de eleitores colombianos voltarão às urnas no dia 17 de junho para escolher o próximo presidente entre dois candidatos: um de direita e outro de esquerda, com propostas políticas e econômicas diferentes. O advogado conservador Iván Duque venceu o primeiro turno no domingo (27) com 39% dos votos. O ex-guerrilheiro Gustavo Petro ficou em segundo lugar, com 25% dos votos. Ambos esperam atrair os simpatizantes do matemático Sergio Fajardo, candidato de centro-esquerda, que surpreendeu conquistando quase 24% dos votos.

A disputa pelos votos dos candidatos mais moderados, excluídos do segundo turno, já começou. Duque e Petro têm algo em comum: uma mulher como vice. Mas o divisor de águas é o acordo de paz, assinado há dois anos, entre o governo e as Farc. O documento encerrou meio século de guerra civil: 7 mil guerrilheiros depuseram suas armas, em troca de anistia e o direito de formar um partido político com a mesma sigla, com dez assentos garantidos no Parlamento até 2026.



Gustavo Pedro e Iván Duque disputarão o segundo turno.

Assim como seu padrinho político, o ex-presidente Alvaro Uribe – Duque foi um duro crítico do acordo, por achar que foram feitas demasiadas concessões aos ex-guerrilheiros. No discurso, comemorando a vitória no primeiro turno, ele ressaltou que não vai destruir o documento, assinado em 2016, pelo atual presidente, Juan Manuel Santos, e Rodrigo Londoño, o líder das Farc, conhecido por Timochenko. O candidato deu a entender que vai rever o perdão a ex-guerrilheiros que financiaram suas atividades com o narcotráfico. Ele também se comprometeu a combater a corrupção – um dos pilares da campanha de Fajardo.

Petro apoia o acordo de paz: ele é a prova de que pode funcionar. Antes de ser legislador e prefeito de Bogotá, ele foi guerrilheiro do M-19. O grupo aceitou depor as armas em 1990, para formar um partido político. No discurso, após o primeiro turno, ele destacou a importância de uma Colômbia com propostas diversificadas, e não apenas um único modelo de país. O candidato propõe reduzir a dependência da economia colombiana no petróleo e carvão, além de cobrar impostos aos latifúndios improdutivos e investir em produção. Petro falou da importância da educação – a principal bandeira defendida por Fajardo (ABR).

Congresso recebeu MPs do acordo com caminhoneiros

O Congresso Nacional recebeu na manhã de ontem (28) as três medidas provisórias assinadas pelo presidente Michel Temer que resultaram do acordo com os caminhoneiros para pôr fim à greve nacional iniciada no dia 21. Além das MPs, o governo anunciou a redução de R\$ 0,46 no preço do litro do diesel por 60 dias. A redução do preço do combustível é um dos pontos principais da pauta dos grevistas.

A MP 831/18 reserva 30% do frete contratado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para cooperativas de transporte autônomo, sindicatos e associações de autônomos. Os transportadores serão contratados sem licitação. A Conab utiliza as transportadoras para movimentar grãos pelo País e garantir o abastecimento de todas as regiões. Os serviços de transporte são contratados por leilão eletrônico.

A MP 832/18 institui a



Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, defende redução de impostos.

Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas, com a finalidade de promover condições razoáveis à realização de fretes no território nacional. Segundo o texto, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicará duas tabelas por ano (dias 20 de janeiro e 20 de julho) com

os preços mínimos dos fretes por quilômetro rodado. Por fim, a MP 832 estabelece que os preços do frete fixados pela ANTT terão natureza vinculativa e a não observância deles sujeitará o infrator a indenizar o transportador pelo dobro do que seria devido, descontado o valor já pago (Ag.Câmara).

Comissão rejeita alterações na Lei de Imprensa

A Comissão de Comunicação e Informática da Câmara rejeitou proposta que revoga os artigos da Lei de Imprensa, que impõem limites à reparação por dano moral ocasionado por negligência, imperícia ou imprudência de jornalista ou empresa jornalística. O autor do projeto, deputado Alberto Fraga (DEM-DF), argumenta que a Constituição assegura direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem, sem prever limitação de valor, e que o juiz que deve arbitrar o valor, de acordo com o dano causado.

Porém, o relator, deputado Arolde de Oliveira (PSD-RJ), argumenta que o STF entendeu, em 2009, que Lei de Imprensa não foi recepcionada pela Constituição de 1988 e, com isso, a lei já não mais existe no ordenamento jurídico brasileiro. O relator destacou que a Lei foi aprovada em 2015 com o objetivo de disciplinar o direito de resposta ou retificação do ofendido por matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social. Por isso, o parecer dele foi pela rejeição da matéria. “O tema já é tratado em recente legislação ordinária com o mesmo objetivo do pretendido pelo autor do projeto”, disse Arolde de Oliveira.

A proposta será analisada, conclusivamente, pela Comissão de Constituição e Justiça (Ag. Câmara).

Empresas & Negócios
netjen@netjen.com.br

Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para

TEL: 3043-4171 / 3106-4171

www.netjen.com.br